

Editorial

Da infância abstrata à criança real na contemporaneidade: “do luto à luta” (apresentação)

É com grande alegria e contentamento que apresentamos aos leitores o dossiê “*Da infância abstrata às crianças reais: relações entre infância, trabalho e práxis educativa*”. Os textos reunidos nesta coletânea, desenvolvidos por professores de diferentes regiões do Brasil e do mundo, têm como objetivo socializar o resultado de estudos, pesquisas e vivências educacionais sobre educação, trabalho, criança e infância. Tendo como fundamentos teóricos e metodológicos a teoria histórico-cultural, a história social da classe operária e o materialismo histórico-dialético, a produção aqui apresentada se destaca pela sua potencialidade reflexiva, rigorosa estrutura expositiva e identidade política, sempre postas a favor dos interesses dos filhos da classe trabalhadora.

Trata-se de uma proposta acadêmica e militante, cuja materialização, através desse dossiê, resultou do nosso empenho coletivo em produzir um material de pesquisa e ciência a partir das necessidades e exigências da realidade social capitalista, cuja formação social é tão contraditória e excludente.

A temática abordada neste documento dialoga com as contradições das relações existentes entre Estado, Capital e Trabalho e, sobretudo, com a práxis educativa em um momento em que cerca de 35 milhões de crianças estão sem escola presencial, muitas tendo aulas/atividades *online* (remotas) e outras – cerca de 5,5 milhões conforme o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2021) – sem ter qualquer atividade escolar. Também é nessa realidade histórica que

crecem os dados sobre a violência contra crianças e trabalho infantil. Em nossas pesquisas, sempre destacamos que o trabalho infantil ocorre (em diferentes lugares do mundo) quando a criança não está na escola e/ou a família necessita completar a renda para atendimento das necessidades básicas. Meio ao avanço do desemprego e da pobreza, crianças enfurnadas com adultos violentos, como o caso do menino Henry Borel¹, são presas fáceis de tragédias como a que assistimos nos últimos dias. Não é sem razão que docentes, psicólogos, pediatras, terapeutas e demais especialistas de diversas áreas reafirmam o importante papel da ação compartilhada exercida pelas escolas para o desenvolvimento psíquico, emocional, intelectual e físico das crianças.

Isso certamente tem implicações importantes no debate sobre a docência e as relações família-educação em instituições coletivas não domésticas, como no caso da educação básica. Em uma sociedade violenta, sexista, moralista, homofóbica, desigual, injusta e adultocêntrica, em que mães e pais são impossibilitados/as de estarem com seus filhos pela necessidade cotidiana de trabalhar, é “natural” que “a corda arrebente sempre do lado mais fraco” ou melhor “do lado de que tem menos força e/ou idade”.

Se bem manifestamos no começo desta apresentação a nossa satisfação por estarmos publicando este dossiê, também queremos explicitar a nossa tristeza e dor pelo que vem acontecendo no nosso país com a pandemia causada pelo Sars-Cov 2, conhecido como novo coronavírus. Como nosso conceito de felicidade é social e não individual, queremos comunicar que esta produção acadêmica e militante foi realizada num contexto de profunda tristeza.

Como é de público conhecimento, o modo como o desgoverno do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro e sua tropa está conduzindo o combate à pandemia tem trazido consequências perversas para a população em geral e para a classe trabalhadora em particular, pois além das perdas físicas irreparáveis com a morte de entes queridos em decorrência da Covid-19 – o que causa dor, aflição e tristeza às famílias – o desamparo financeiro decorrente desses óbitos, quando quem falece é o

¹ Henry Borel foi assassinado dentro de casa no dia 8 de março de 2021. Segundo as investigações policiais, ele foi submetido cotidianamente a situações de violência cometidas pelo namorado da mãe, vereador Jairinho, e negligenciadas pelos familiares entre os quais se destaca a própria mãe e a avó materna. Para saber mais, veja <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/para-policia-henry-era-submetido-a-uma-rotina-de-violencia/>

provedor, a família se desestrutura, passando a sofrer privações, desemprego, miséria e fome, como temos visto acontecer em tantos ‘lares’ brasileiros em todo o território nacional.

Como temos visto nos noticiários, há algumas semanas o Brasil vem atingindo, lamentavelmente, recordes diários no número de mortes pela Covid-19. Para nós, pesquisadores e professores da área da educação, a indignação diante desse quadro é incomensurável, pois a estrutura gigantesca do Sistema Único de Saúde (SUS), espalhada pelo amplo território nacional do Oiapoque ao Chuí, permitiria, caso houvesse vacinas e suporte político, que o país realizasse a vacinação em larga escala, o que possibilitaria que em poucos meses, todos/as os brasileiros/as fossem vacinados.

A política neoliberal e a crescente tendência neofascista que galgou nos últimos cinco anos o poder de governo e o controle do Estado, tem implementado como eixo de ação o favorecimento de grupos capitalistas privados, explicitando o nefasto descaso com a vida da maioria da população. Observa-se, assim, uma alta concentração de renda nas mãos de um pequeno grupo de indivíduos e corporações, habituados a explorar à exaustão a força de trabalho de milhares de trabalhadores/as, pois existe uma legião de reserva de mão de obra barata, desempregada, na miséria, ávida pela própria sobrevivência.

Nessa direção tenta-se impor o negacionismo científico, ideologia que se sustenta pelo ataque à verdade, à democracia e ao estado de direito. Com tal intencionalidade, atacam a ciência e os cientistas, avançam contra as instituições responsáveis pela produção e disseminação do conhecimento como a universidade e as escolas, afetando diretamente os/as professores/as, estudantes, famílias. O que se presencia, de modo geral, é um total desrespeito à Constituição Federal do Brasil, e especialmente dos direitos sociais como a educação, a saúde e a assistência social. Os cortes de recursos nestas áreas – como temos presenciado ocorrer no SUS e em outros tantos projetos sociais –, são formas de materialização dessa política genocida, perversa e de reconfiguração das funções do Estado (SHIROMA, EVANGELISTA; 2014).

Assim, neste contexto socioeconômico e político, o Brasil se tornou um laboratório de novas cepas do coronavírus, novo epicentro mundial da Pandemia e uma ameaça real à saúde pública internacional. Em 08 de abril de 2021 atingimos o marco de 4.249 mortes por dia, em consequência da inexistência de um *lockdown* efetivo e de um programa racionalmente planejado de fechamento e abertura de espaços públicos e privados. Enquanto apenas 9,2% da população brasileira está vacinada, países como Israel (61,18%), Reino Unido (46,71%) e até o irmão latino Chile (37,7%) avançam rapidamente na imunização da sua população². Acrescentamos a essa lamentável contradição a recém aprovação pela Câmara dos Deputados da possibilidade de aquisição (e controle) da vacina pelo setor privado, sem qualquer menção ao aumento de recursos no setor de saúde pública, escancarando o descaso com a população pobre, negra, trabalhadora, despossuída de trabalho e de bens, entre as quais se incluem as crianças e as famílias proletárias abordadas nos textos desse dossiê.

O Brasil volta a ocupar o mapa da fome e, segundo a Fundação Getúlio Vargas, o número de brasileiros que vive na pobreza salta de 9,5 milhões em 2020 para 27 milhões em 2021, o que representa quase 10% da população total do país. Contraditoriamente, onze novos bilionários brasileiros ocupam o novo *ranking* da Revista *Forbes* publicado no mês de abril/2021, a saber: Irmãos Safra (Banco Safra), David Velez (Nubank – Banco Digital), Guilherme Benchimol (XP Investimentos e ações), André Street (*Stone* – *startup* de máquina de cartão de crédito e pagamentos *online*), Eduardo de Pontes (*Stone* – *startup* de cartão de crédito), Fabrício Garcia, Flávia Bittar Garcia Faleiros, Fernando Trajano (todos do Grupo Magazine Luiza conhecido como *Amazon* brasileira).

Esses dados revelam que a Pandemia não atinge a população de forma igual, posto que os bancos, investidores do mercado financeiro e as empresas que oferecem compra e venda com pagamento *online* têm assistido uma supervalorização de seus patrimônios a níveis inusitados. O inchaço do mercado financeiro aliado aos elevados níveis de desemprego e pobreza recoloca a necessidade do próprio capital repensar o controle da miséria a níveis capazes de conter a destruição do sistema e garantir sua

² Dados de maio de 2021.

reprodução. Não é sem razão que o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem defendido à extensão de apoio fiscal, vacinação em massa e taxaço de grandes fortunas, prevendo ser necessário evitar, de acordo com matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo de 07 de abril de 2021, “uma rachadura sísmica política e social”, a fim de que haja a “recuperação da economia no pós-pandemia”.

Segundo a perspectiva neoliberal, portanto, a contenção da crise e a consequente retomada do crescimento da economia, dependem de uma reconfiguração da relação entre Estado, Capital e Trabalho, pois a pandemia, ao destruir o pressuposto do capitalismo (força de trabalho), ameaça a reprodução do sistema em sua estrutura basilar. Se é verdade que a mais valia é produzida objetivamente pela exploração do trabalho, também é correto afirmar que ela somente se realiza pela via do consumo, onde ocorre a troca entre o dinheiro (em papel moeda, na forma digital ou de cartão) e a mercadoria.

É, pois, sob essa ótica que, contraditoriamente, pensamos ser possível construir uma posição contra hegemônica, partindo das relações concretas impostas pela condição histórica em que a sociedade brasileira e internacional se encontra. Nesse contexto adverso, a discussão sobre saúde, ciência e educação reaparece como necessidades sociais imprescindíveis e urgentes. O negacionismo, contrário à verdade e ao conhecimento, tão útil ao avanço das políticas neoliberais que diminuíram os recursos públicos em saúde, ciência e educação, já não é mais tão útil quanto outrora aos olhos do próprio capital. Assim, a verdade tão defendida pelo materialismo histórico-dialético, como oriunda da práxis objetiva de nossas vidas, reaparece de forma implacável. Uma questão ineliminável nos persegue: **quem conseguirá mediar o pacto entre as classes sociais antagônicas em direção às necessidades do capital no pós-pandemia?**

A leitura da temática apresentada neste dossiê é o resultado das reflexões e das pesquisas desenvolvidas e orientadas pelos autores sobre a infância e sobre a práxis educativa, estruturada em diversos contextos socioculturais, urbanos e do campo, a

partir da teoria histórico-cultural, da história social da classe operária e do materialismo histórico-dialético. Intenciona-se, aqui, trazer visibilidade às crianças da classe trabalhadora – junto aos estudiosos dos temas sociais, políticos e educacionais –, historicamente esquecidas tanto no âmbito dos estudos da infância quanto no âmbito do materialismo histórico-dialético. Para tanto, um grupo de autores experientes e consolidados na área em diferentes regiões do Brasil (Sul, Sudeste, Centro-oeste, Nordeste e Norte), Estados Unidos e Uruguai, que atuam em diferentes instituições educacionais (UFPB, UFG, IFG, UFSC, IFSC, UFPA, UEOPA, ULRU, UNESP, UEPR, UFES, PMS, CUNY), integrando Programas de Pós-Graduação (PPGE/UFPB; PPGE/UFG; PPGE e PPGSS/UFSC; PPGLSAME/UPPA; PPGL/UFPA; PPGE/UNESP/; PPGE/UEPR; GC/CUNY), instituições de Educação Básica do estado do Espírito Santo e movimentos sociais se reuniram e produziram o conteúdo aqui disposto.

Os primeiros artigos deste Dossiê trazem revisões documentais, teóricas, históricas e conceituais de grande relevância, as quais serviram para que pudéssemos estruturar o campo de pesquisa na abordagem proposta. Já os últimos textos apresentam pesquisas empíricas, cujos dados relevantes coletados pelos estudiosos nos possibilitaram verificar os desafios que se colocam na práxis educativa contemporânea.

No conjunto, os textos inéditos apresentados revelam como a forma de ser criança e de conceber a infância não se descola da forma social geral, posto que escancara as desigualdades sociais de uma sociedade desigual que se constitui pela exploração do trabalho alheio. Evidenciar essa realidade passa a ser tarefa obrigatória do trabalho na área da educação – em todas as suas etapas, níveis e modalidades – que tenha como pano de fundo a transformação, os direitos humanos, a justiça e a igualdade de direitos, ou seja, a equidade social real para todas as crianças.

Inicialmente, o dossiê apresenta o artigo de Jorge Fernando Hermida, intitulado *Criança e infância na obra de Philippe Ariès e nos clássicos da História Social da Classe Operária: em busca das crianças invisíveis – as crianças proletárias*. No artigo, o autor revela o verdadeiro ‘lugar’ que as crianças proletárias tiveram nas

representações dos conceitos de criança e de infância nos séculos XVII, XVIII e XIX na Europa. Fundamentado em diversas obras de autores marxistas pertencentes à história social da classe operária, Hermida faz uma crítica ferrenha à obra de Philippe Ariès *História social da criança e da família* (2015), questionando, principalmente, o fato de ele não fazer nenhuma referência aos filhos da classe trabalhadora. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa histórica e documental, baseada em uma interpretação marxista da história. O artigo conclui que as representações de criança e infância de Ariès (2015) foram baseadas apenas no universo das crianças filhas das classes dominantes da época (da nobreza e da aristocracia). Essas representações dos filhos das classes mais abastadas eram bem diferentes e bem distantes da efervescente vida social e da limitada vida material do resto das crianças – as crianças proletárias, as quais eram covardemente exploradas à exaustão pelo capitalismo nos campos, nas fábricas, nas olarias e nas minas de carvão.

O segundo artigo, intitulado *Infância, educação e trabalho: relações contraditórias na vida da criança no contexto capitalista*, escrito por Ivone Garcia Barbosa, Telma Aparecida Teles e Marcos Antônio Soares, discute a relação entre infância, educação e trabalho na sociedade capitalista, apoiando-se no entendimento de que essas dimensões da vida social são constructos sócio-históricos situados em um dado contexto e demarcados nas/pelas lutas de classes. Os autores destacam a educação de crianças goianas e brasileiras diante do movimento contraditório de conformação e resistência que constitui a luta pelo direito à uma educação integral emancipatória, oposta ao trabalho infantil.

Na sequência, o texto de Soraya Conde e Natália Palhoza intitulado “*Não matou ninguém, mas deixou todo mundo meio torto*”: *trabalho, educação e infância desde a vitivinicultura de Videira, Santa Catarina, Brasil*, tem como foco o trabalho realizado por crianças ítalo-descendentes em pequenas propriedades rurais familiares, no Município de Videira e suas interfaces com a educação e a escolarização diante da necessidade precoce de trabalhar.

Abordando o trabalho, as infâncias e as crianças no contexto campo costeiro à luz da linguagem bakhtiana, temos o artigo de Ana Paula Sá, intitulado *Trabalho,*

infâncias e crianças no contexto narrativo campo-costeiro à luz da linguagem bakhtiniana, o qual discorre sobre as discursividades de crianças matriculadas em Escolas do entorno da Reserva Extrativista Marinha Taperaçu-Campo do Município de Bragança, Estado do Pará. Os resultados mostram a estreita relação de culturas infantis no brincar, em atividades de caráter educativo no espaço do manguezal.

Refletindo sobre a dialética entre a modernidade e a tradição a partir do ressurgimento dos contos de fadas e de seu valor educativo na infância, temos o texto da professora uruguaia Adriana Marrero: *Cuentos de hadas e infancia: la dialéctica entre tradición y modernidade*, onde a autora aborda o surgimento dos contos de fadas tradicionais como uma necessidade para a construção da identidade individual e do “eu”, enquanto parte das transformações educacionais após a Revolução Industrial.

Juliana Pasqualini e Lucineia Lazaretti, apontam potencialidades e contradições das crianças pequenas na escola, no artigo: *Crianças pequenas na escola: contradições e potencialidades*, onde a autora faz um apanhado geral sobre as origens e o desenvolvimento histórico das instituições de educação infantil, analisando as necessidades societárias concretas em função das quais essa prática social se instituiu e se institucionalizou.

Já o texto de Ana Carolina Galvão e Tainara Pereira Castro, intitulado *Avaliação na educação infantil: contribuições a luz da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural*, aborda o modo de avaliação na educação infantil a partir da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural. Tendo por base o materialismo histórico-dialético, as autoras se debruçaram nos estudos sobre as relações entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento, atentando, especialmente, sobre como conceituar a avaliação de aprendizagem no âmbito da prática pedagógica.

Por último, finalizamos o dossiê com o texto da professora eslovena Dušana Podlucká com o título *Integrating disability and developmental theories for an equitable inclusive education: towards transformative educational praxes (Integrando teorias de deficiência e do desenvolvimento para produzir práticas educativas justas e inclusivas: em busca de praxes educacionais transformativas)*. A partir dos desdobramentos da teoria vygotskyana, Podlucká promoveu uma integração das

concepções de deficiência e de desenvolvimento voltadas para a produção de práticas educativas justas, inclusivas e transformadoras. Cabe informar ao leitor que, duas semanas antes de finalizar este dossiê, a autora, por conta da pesquisa que origina este artigo, recebeu o prêmio *Early Career Award 2021* da *American Educational Research Association – Cultural Historical Activity Theory – Special Interest Group*.

Para finalizar, é com muita satisfação e desejo de contribuir com esse debate, que convidamos todas e todos à leitura desta produção tão relevante – considerando a atual conjuntura política, social e econômica que estamos vivendo no Brasil e no mundo, e conscientes de que se os tempos são de luto – a luta urge pela ciência, pela vacina, pela saúde e pela educação de todas as crianças brasileiras e do mundo.³

Brasil, abril de 2021

Soraya Conde - Universidade Federal de Santa Catarina

Jorge Fernando Hermida - Universidade Federal da Paraíba

Ivone Garcia Barbosa - Universidade Federal de Goiás

Organizadores

Referencias

SHIROMA, E. EVANGELISTA, O. Estado Capital e Educação: reflexão sobre hegemonia e redes de governança. In: *Revista Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.4, n.11, p.21-38, mai./ago. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. *FMI diz que fim prematuro de UNICEF pode retardar recuperação*. 07 de Abril de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/fmi-diz-que-fim-prematuro-de-auxilios-pode-retardar-recuperacao.shtml>.

³ Agradecemos o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 06/2016, para a finalização dos artigos estrangeiros que compõem este dossiê.

UNICEF. *Situação de crianças e adolescentes se agravou consideravelmente após nove meses de Pandemia*. 11 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-situacao-de-criancas-e-adolescentes-se-agravou-consideravelmente-apos-nove-meses-pandemia>